

Governo deve renovar o congelamento do diesel

Por Rodrigo Polito, Fabio Graner e Cláudia Schüffner | Do Rio e Brasília



Moreira Franco: "O Ministério de Minas e Energia não cuida desse processo".

O governo federal deve publicar entre hoje e amanhã um decreto que estabelecerá o novo preço do diesel a ser praticado no país e que deve ser mantido no mesmo nível dos últimos dois meses pelos próximos 30 dias. O Valor apurou que o decreto, sobre o qual a equipe do governo trabalhava nos detalhes finais até ontem à noite, valerá até o fim do ano, mas o preço que servirá de base para o cálculo da subvenção do produto, de até R\$ 0,30 por litro, terá atualização mensal.

O programa de subvenção do diesel foi criado em maio, após a greve dos caminhoneiros e, amanhã, termina o primeiro período de 60 dias de congelamento de preços. Desde o fim de maio, quando se iniciou o programa, a petroleira vende diesel nas refinarias ao preço de R\$ 2,0316 o litro.

Até agora, as grandes empresas não receberam pelo subsídio aplicado nas vendas de diesel realizadas nos períodos de 30 de maio a 7 de junho e entre 8 de junho e 7 de julho. Apenas duas empresas de menor porte tiveram suas notas checadas e foram contempladas. Os valores devidos não foram informados pela Fazenda, que em resposta por e-mail apontou que o cronograma de repasses dos valores devidos é de responsabilidade da ANP.

O Valor apurou que o Tesouro aguarda os números a serem apresentados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para realizar o pagamento do subsídio. Por outro lado, o levantamento não é algo simples, já que a autarquia precisa checar as notas fiscais de cada dia apresentadas pelas empresas. E a cada dia, o valor da subvenção varia, limitando-se ao teto de R\$ 0,30. Por exemplo, se o preço de mercado no dia foi de R\$ 2,23 a subvenção foi de R\$ 0,20.

Com isso, o valor da dívida em atraso ainda não seria conhecido, embora o programa tenha custo limitado a R\$ 9,5 bilhões no ano.

Questionado ontem sobre o decreto, o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, disse não saber o que seria decidido e que o assunto não estava vinculado a sua

pasta. "O Ministério de Minas e Energia não cuida exatamente desse processo. Esse processo foi conduzido pelo Ministério da Fazenda, pelo Ministério da Casa Civil e pelo Ministério dos Transportes, que são as três áreas do governo que estão diretamente vinculadas a essa questão. Eu creio que, coordenado pela Casa Civil, esses problemas já estão sendo enfrentados e vai ser ter uma solução que seja adequada e negociada", afirmou ele após participar de evento no Rio.

Procurada sobre o assunto, a Petrobras não se manifestou.

Encerrado o período de 60 dias da primeira intervenção do governo nos preços do óleo diesel, o preço médio do litro desse combustível na bomba caiu 12%, considerando-se o preço médio de R\$ 3,828, em 30 de maio, e os R\$ 3,378 coletados dia 28 de julho, último dado disponível no site da ANP.

A autarquia vai publicar amanhã uma resolução com a nova metodologia para o cálculo dos preços de referência do diesel, que vai mudar a cada 30 dias até 31 de dezembro. Serão publicados novos preços para quatro regiões do país.

O decreto do governo estabelecendo o novo preço de comercialização do diesel vai informar o preço máximo de venda





do combustível que será fixo até o dia 30 de agosto. A empresa que quiser receber subvenção de até R\$ 0,30 por litro terá que mostrar em nota fiscal que praticou preços subsidiados.

O preço de referência da ANP considerando quatro regiões, e não os pontos praticados em cada ponto de venda, foi criticado pela Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom). Sergio Araújo, presidente da entidade, afirmou que os preços atuais não consideram a paridade de importação e por isso as empresas deixaram de importar em julho.

"Espero que o preço de referência seja ajustado para a paridade de importação, porque hoje ele está abaixo", disse ele.

Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE), acredita que, se o novo preço de referência mantiver a mesma metodologia da resolução anterior, a Petrobras será a única empresa do país que estará importando diesel, situação que já trouxe prejuízos para a estatal no passado.

Pelo cálculo do CBIE, em 30 de maio, o preço de comercialização do diesel foi R\$ 2,03 por litro, e naquela época o preço sem subvenção era de R\$ 2,10. Passados 30 dias, utilizando-se o movimento que aconteceu no mercado internacional, com queda do preço, o diesel estaria custando R\$ 1,997 sem interferência do governo, ou 1,7% abaixo do preço que vigora hoje e está congelado.

"Se fosse mantida a política da Petrobras, o diesel estaria mais barato em 1,7%", diz Pires. "Outra distorção é que o preço de comercialização de R\$ 2,03 está 5% abaixo do mercado internacional, o que explica os problemas enfrentados pelos importadores. Também nesse caso, se tivesse sido mantida a política da Petrobras, os preços estariam abaixo da atual paridade de importação", explicou Pires.

Leonardo Gadotti, presidente da Plural, associação que reúne as distribuidoras com atuação nacional, espera que os novos preços de comercialização não sejam muito

diferentes da média atual, já que houve uma queda dos preços do diesel no mercado internacional, acompanhando o petróleo.

"A dificuldade vai ser quando esse programa acabar. E já estamos alertando o governo agora para dar tempo de encontrar uma saída, pois essa bomba não pode ficar armada", diz Gadotti. "Mas, se no final do ano, esse preço na bomba tiver acréscimo por causa da subvenção, o governo vai baixar mais impostos?", questiona o executivo.

O executivo observa ainda que pode acontecer uma situação oposta, com preços internacionais em queda, desobrigando o governo de pagar mais porque o preço internacional reduziu, economizando assim parte dos R\$ 9,5 bilhões reservados para o subsídio. Mas lembra que normalmente no inverno os preços sobem no hemisfério Norte.

A Plural informou que as vendas de diesel aumentaram 1% em junho, depois de uma queda de 0,6% registrada em maio devida à paralisação dos caminhoneiros.

Na Fiesp, Temer ouve queixas sobre frete e diz ver acordo próximo

Por Juliano Basile e Fernando Taquari | De Brasília e São Paulo

Após ouvir reivindicações dos empresários na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o presidente Michel Temer, disse que aposta em um acordo com os caminhoneiros sobre o tabelamento do frete. "Quando chegamos a um acordo com os caminhoneiros no décimo dia da greve tínhamos convicção de que haveria disputas desta natureza judicial. Agora tenho informações de que vai haver uma composição e vamos chegar a um ponto em relação a esta matéria", disse. "Os próprios caminhoneiros perceberam que haveria problema na questão do tabelamento", completou.

Após vários questionamentos judiciais, o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu todas as ações que tramitavam em várias instâncias questionando o frete e determinou audiência pública, em 27 de agosto, para interessados no assunto se manifestarem. Na audiência deve ser ouvido também o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

O governo federal vem evitando definir uma posição. A Casa Civil não está se manifestando sobre o assunto, pois está aguardando pelas discussões no Ministério dos

Transportes, na AGU e na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) com os caminhoneiros e com as entidades empresariais.

"Há setores que já estão tendo prejuízos enormes e vão acabar repassando os valores aos preços das mercadorias aos consumidores", disse Cassio Borges, superintendente jurídico da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que tem recebido indicações desses aumentos em setores que alegam prejuízos com o tabelamento. Segundo o Sindicato da Indústria do Sal (Siesal) o frete teria elevado em 160% o custo de produtos em Brasília, além de 135% no Rio de Janeiro e 110% em São Paulo.

O setor alega que, por causa da greve, deixou de embarcar 200 mil toneladas de sal até 15 de junho, o que representou prejuízo de R\$ 30 milhões. Um dos maiores riscos, afirmam, está no Rio Grande do Norte, com mais de 30 empresas e 60 mil empregados diretos e indiretos.

Já o Sindicato da Indústria de Extração de Mármore, Calcário e Pedreiras do Estado do Paraná (Sindemcap) informou à CNI que o calcário agrícola naquele Estado sempre foi transportado como frete de retorno das cargas do porto de Paranaguá e agora enfrenta dificuldade.

"Com a implantação da tabela, os fretes para agricultores subiram de 30% a 110% e a consequência foi uma redução de 30% a 50% nas entregas de calcário das indústrias no mês de junho de 2018", alertou o Sindemcap. A instituição apontou o aumento do calcário agrícola no Paraná, que passou de R\$ 63,00 por tonelada antes do tabelamento para R\$ 130,00 depois. Isso já levou a uma queda nas vendas.

Segundo informou à CNI o diretor do Sindemcap, Claudio Grochowicz, isso obrigou muitas empresas a entrar em férias coletivas. Como o calcário é utilizado antes do plantio com a ultrapassagem desse tempo não haveria mais sentido para a aquisição do produto. "Isso gera um grande impacto ao setor em 2018. O calcário chega a aumentar em até 30% a produtividade das lavouras, pois evita a perda de absorção dos nutrientes dos fertilizantes causada pela acidez dos solos", disse.

Segundo a Associação Brasileira da Indústria do Arroz (Abiarroz), o frete tinha um custo de cerca de 12% do valor total e agora deverá subir para entre 15% e 17% do custo de produção. O cálculo da instituição é que o preço ao consumidor deverá crescer em torno de 10%. A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) afirma já ter verificado aumentos em vários insumos em nível acima das expectativas iniciais de impactos do frete.





A CNI chegou a pedir uma liminar ao STF para suspender a tabela e com isso evitar riscos em várias áreas comerciais. Mas logo Fux suspendeu as ações que discutem o caso em outros órgãos da Justiça até a decisão do STF. Com isso, os setores estão prestando informações sobre as consequências negativas, mas com a perspectiva de debate na Corte apenas no final de agosto a tendência é que ocorram mais perdas.

Na outra ponta, a Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam) defende, no STF, a tabela como forma de reprimir o abuso nas contratações dos serviços de transporte, em especial, aos caminhoneiros autônomos. A entidade menciona ainda parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) sobre o assunto e ressalta que a tabela não fere a livre concorrência. "A Constituição prevê que o Estado pode intervir quando o poder econômico é exercido de maneira a prejudicar a sociedade", ressalta a Abcam.

Governo vai manter 'buraco' da regra de ouro

Por Ribamar Oliveira | De Brasília

Depois de mobilizar o Congresso para aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) com artigo especialmente redigido para contornar o cumprimento da chamada "regra de ouro" em 2019, o governo constata agora que ela não será um problema neste e nem no próximo ano.

Mesmo assim, fontes credenciadas do governo informaram ao Valor que o Ministério do Planejamento vai encaminhar ao Congresso a proposta orçamentária do próximo ano com a previsão de um "buraco" de R\$ 254 bilhões na "regra de ouro". Por isso, a proposta terá "despesas obrigatórias com execução condicionada a endividamento futuro", a ser solicitado pelo próximo presidente ao Congresso somente em 2019.

O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, considera que "ainda não existe a certeza" de que a "regra de ouro" será cumprida no próximo ano, de acordo com as mesmas fontes. Para o ministro, uma vez que o Congresso aprovou a LDO com o artigo que permite incluir no Orçamento despesas obrigatórias com execução condicionada a endividamento futuro, o governo vai cumprir o que determina a lei.

A Constituição estabelece que as operações de crédito da União não podem superar as despesas de capital (investimentos, amortizações da dívida

e inversões financeiras). Este princípio ficou conhecido como "regra de ouro" das finanças públicas. O objetivo dele é evitar que os governos se endividem para pagar gastos correntes, onerando as gerações futuras.

Quando enviou o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) ao Congresso, em abril passado, o governo informou aos deputados e senadores que um montante de R\$ 260,2 bilhões de despesas correntes obrigatórias em 2019 seriam cobertas por operações de crédito. Ou seja, as operações de crédito ultrapassariam as despesas de capital nesse valor.

Para contornar o problema, o governo incluiu no PLDO um artigo permitindo que despesas correntes obrigatórias, naquele montante, tivesse sua execução condicionada a um pedido de endividamento a ser feito pelo futuro presidente, somente em 2019. Os consultores da Câmara e do Senado emitiram nota argumentando que a inusitada proposta poderia ser considerada inconstitucional.

Todo o grande receio criado em torno da impossibilidade de cumprimento da "regra de ouro" em 2019, no entanto, foi desfeito pela realidade. No primeiro semestre deste ano, o real sofreu forte desvalorização frente ao dólar. Como as reservas internacionais do país são contabilizadas em reais, quando a moeda nacional se desvaloriza, o valor em reais das reservas aumenta. O BC registra esse aumento do valor das

reservas como lucro. Mas é um ganho puramente contábil, pois não há venda de um centavo das reservas.

No primeiro semestre deste ano, o lucro contábil do Banco Central com as reservas foi de R\$ 165,9 bilhões, que será transferido ao Tesouro em setembro. O dinheiro será usado para cumprir a "regra de ouro" em 2019. Além disso, a diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) fechou acordo com o governo para antecipar em 20 anos o pagamento de sua dívida com o Tesouro. Pelo acordo, o BNDES vai pagar R\$ 25 bilhões por ano, que serão usados para cumprir a "regra de ouro".

Recentemente, o presidente Michel Temer baixou decreto com novas regras para o cancelamento de restos a pagar, que se acumularam ao longo do tempo. Com isso, o governo espera cancelar cerca de R\$ 30 bilhões de restos a pagar em 2019, reduzindo o "buraco" da "regra de ouro". Outra fonte de receita para cumprir a regra será o leilão do petróleo excedente dos campos que foram cedidos, de forma onerosa, à Petrobras. A estimativa é que o governo arrecade até R\$ 100 bilhões com o leilão. Somando todas as fontes, o valor pode chegar a R\$ 320 bilhões, mais do que suficiente para cumprir a regra constitucional.

O problema, no entanto, continuará no futuro, o que exigirá ação do próximo presidente.

Novo 'empoçamento' pode contribuir para resultado fiscal

Por De Brasília



Mansueto Almeida: sobra depende da gestão financeira de cada ministério.

Até o fim de junho, ministérios e órgãos da administração pública federal deixaram de gastar R\$ 12,7 bilhões do montante de recursos que foi liberado para eles no período, de acordo com dados divulgados hoje pelo Tesouro Nacional.

Isto significa que os recursos ficaram "empoçados", pois foram mantidos em caixa pelos ministérios, uma vez que as obras ou serviços que deveriam ser pagos com o dinheiro não foram entregues ou liquidados.

Ou seja, o Tesouro liberou o dinheiro, mas os órgãos não conseguiram gastar. Como não saiu do caixa, os R\$ 12,7 bilhões reduziram o déficit primário do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) acumulado de janeiro a junho, que ficou em R\$ 32,9 bilhões. Caso os recursos tivessem sido gastos, o déficit primário do primeiro semestre teria ficado em R\$ 45,6 bilhões.

Os ministérios com mais dinheiro "empoçado", segundo o Tesouro, foram Educação (R\$ 1,4 bilhão), o Saúde (R\$ 1,9 bilhão), Defesa (R\$ 1,8 bilhão) e Justiça (R\$ 1 bilhão).

Se o dinheiro continuar "empoçado" até o fim do ano vai reduzir o déficit primário do governo central neste ano, fixado em R\$ 159 bilhões. Para todo o setor público (que inclui também Estados, municípios e estatais federais), o déficit definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 é de R\$ 161,3 bilhões.

Em 2017, o "empoçamento" permitiu que o governo central reduzisse o déficit primário em R\$ 30 bilhões. Por isso, o déficit em 2017 terminou em R\$ 124,4 bilhões, R\$ 14,6 bilhões abaixo da meta da LDO.

O "empoçamento" de recursos não depende do Tesouro ou do Ministério da Fazenda, mas da gestão de cada ministério e órgão público, como alertou o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida. Assim, não é possível saber qual será o "empoçamento" ao final do ano ou, até mesmo, se ele vai existir.

A área econômica já trabalha com a perspectiva de déficit primário para o setor público neste ano menor que o fixado na LDO. A projeção agora é que Estados e municípios registrem superávit primário de R\$ 10,5 bilhões - a estimativa na LDO é de superávit de apenas R\$ 1,2 bilhões.

O melhor resultado decorre, principalmente, do forte aumento das transferências de receita da União para os governos estaduais e prefeituras neste ano, bem acima das projeções iniciais. Com isso, o déficit do setor público em 2018 já seria reduzido em R\$ 8,8 bilhões (R\$ 10,5 bilhões menos R\$ 1,2 bilhão).

As empresas estatais também poderão dar uma contribuição significativa para a melhoria do resultado fiscal. A LDO fixou meta de déficit primário de R\$ 3,5 bilhões para as estatais federais. No relatório de avaliação de receitas e despesas relativo ao terceiro bimestre, o governo informa que já projeta um déficit de apenas R\$ 164 milhões para essas empresas neste ano. Assim, o déficit do setor público seria reduzido em mais R\$ 3,336 bilhões (R\$ 3,5 bilhões menos R\$ 164 milhões).

A soma da contribuição de R\$ 8,8 bilhões dos Estados e municípios, com os R\$ 3,3 bilhões das empresas estatais e com o "empoçamento" de R\$ 12,7 bilhões no governo central, na hipótese de que ele seja mantido nesse nível até o fim do ano, é de R\$ 24,8 bilhões. Assim, o déficit primário de todo o setor público seria reduzido para R\$ 136,5 bilhões (R\$ 161,3 bilhões menos R\$ 24,8 bilhões).

Tudo isso, no entanto, é especulação, pois o comportamento de todas essas variáveis não depende do controle ou da vontade da equipe econômica.

Rombo nas contas públicas atinge R\$ 13,5 bi

Em relação a junho do ano passado, déficit tem queda de 31%. No acumulado em 12 meses, resultado está negativo em R\$ 89 bi, bem abaixo da projeção do governo para o ano, de R\$ 161 bi. Paralisação dos caminhoneiros prejudicou desempenho

GABRIELA VALENTE

Brasília- Mesmo com crescimento da arrecadação e redução dos gastos, o Brasil teve um rombo de R\$ 13,5 bilhões em junho. Mas, apesar de negativo, o resultado das contas públicas da União e dos estados, municípios e empresas estatais melhorou, de acordo com o Banco Central. Foi o melhor para meses de junho desde 2016. Em relação ao mesmo mês do ano passado, o déficit caiu 31%.

No primeiro semestre, o desempenho está no vermelho em R\$ 14,4 bilhões. O governo prevê um rombo, no ano, de, no máximo, R\$ 161,3 bilhões. Para chegar a esse resultado, os dados teriam de piorar bastante até o fim do ano. Ao

ser perguntado se essa era a expectativa, o chefe-adjunto do Departamento Econômico do BC, Fernando Lemos, disse que qualquer projeção deve ser feita pelo Tesouro Nacional, não pelo Banco Central.

— É bastante evidente que está em linha com a meta de superávit limitou-se a dizer.

No acumulado dos últimos 12 meses, o déficit está em R\$ 89,3 bilhões. Isso representa 1,34% do Produto Interno Bruto (PIB). É o segundo mês consecutivo de recuo desse percentual.

ENDIVIDAMENTO CRESCE

A paralisação no setor de transportes também afetou as contas públicas. O BC gastou R\$ 7,1 bilhões para conter a disparada do dólar em junho. Esse foi o custo com os contratos de swap cambial (operação que equivale à venda de dólar no futuro) oferecidos ao mercado.

Com isso, o país ficou com uma

conta de R\$ 44,5 bilhões de juros para pagar no mês passado, alta de 41% frente a junho de 2017. A tendência teria de ser de queda, porque a inflação sob controle e a taxa básica (Selic) está em seu mínimo histórico. No entanto, a greve dos caminhoneiros atrapalhou as previsões.

Como o Brasil não consegue economizar nem mesmo para pagar os juros da dívida, tem de se endividar mais para não dar calote.

Por isso, no mês passado, a dívida bruta do governo geral chegou a R\$ 5,2 trilhões. Passou de 77,1% do PIB para 77,2% do PIB, um novo recorde. O aumento seria ainda maior se o BNDES não tivesse pago R\$ 30 bilhões ao Tesouro. Isso freou o crescimento do endividamento, que é a maior preocupação da equipe econômica.

Nos últimos 12 meses, a conta dos juros atingiu R\$ 397 bilhões, ou 5,94% do PIB. Sem dinheiro, o governo emitiu mais dívida para honrar os compromissos.